

Naquele contexto, as oportunidades de formação e trabalho também eram limitadas pelas expectativas familiares. Segundo ela, em algumas famílias, ser professora era uma das poucas possibilidades profissionais permitidas às mulheres. O desenvolvimento pessoal ficava em segundo plano, enquanto a construção de uma família era tratada como prioridade. “A mulher era para casar e ter filhos. O crescimento pessoal dela era segundo plano. Até uma questão de desenvolvimento pessoal da mulher daria um sentido de autonomia que não seria vista com bons olhos”, avalia.

Apesar das limitações sociais, Socorro conta que escolheu o homem com quem se casou e teve três filhos. Anos depois, decidiu se separar por incompatibilidade de objetivos de vida, diferenças no crescimento pessoal e imaturidade emocional. A mudança de estado civil trouxe desafios, mas ela afirma que já havia desenvolvido autonomia emocional e profissional durante o casamento. “Passei por momentos de discriminação por ser mulher e separada. Mas nunca deixei abalar minhas estruturas. Meus filhos foram muito bem orientados emocionalmente e profissionalmente”, conta.

A experiência também a fez perceber como a independência feminina ainda era vista com estranhamento. Para ela, mulheres de gerações anteriores enfrentaram barreiras para administrar o próprio dinheiro e tomar decisões sem a presença de um homem. “Talvez, naquela época, as mulheres enfrentassem dificuldades, por exemplo, para lidar com contas bancárias. Não que não tivessem capacidade, é que tudo era o homem”, diz.

Embora reconheça os avanços conquistados ao longo do século 20, Socorro considera que a autonomia não deve ser confundida com o abandono da família ou dos relacionamentos. A possibilidade de escolher como viver é parte fundamental da liberdade. Depois de se casar novamente, afirma que foi muito feliz.

A independência que atravessa gerações

A história de Socorro se conecta à de sua filha Maria do Carmo Tavares, 66. A aposentada cresceu observando uma mulher que buscava independência e encontrou na mãe uma referência para construir a própria vida. Ela conta que priorizou os estudos e a carreira antes de se casar e ter filhos, contrariando uma expectativa social que ainda colocava o matrimônio no centro do futuro feminino.

“Em minha família, minha mãe sempre me ensinou que eu deveria priorizar estudos, trabalho e independência antes de considerar o casamento. Isso se concretizou, pois me casei e tive filhos mais tarde, algo que não era comum na época”, relata.

A influência materna foi decisiva para que Maria



Ana Lyvia e a avó Elizabeth Nadler: direitos conquistados

Carlos Vieira CB/DA Press

do Carmo compreendesse a importância de fazer escolhas sem depender da aprovação de outras pessoas. Ela afirma que nunca precisou da autorização do pai, do marido ou dos filhos para tomar decisões, embora costumasse procurar a opinião da mãe.

A autonomia, no entanto, não eliminou os desafios no trabalho. Maria do Carmo considera que a igualdade salarial e as oportunidades profissionais ainda precisam avançar. Ao falar da maternidade, também destaca as dificuldades de conciliar o cuidado dos filhos com a carreira.

Quando teve as crianças, a licença-maternidade era de apenas três meses. Para ela, o período deveria ser maior, já que a responsabilidade sobre os primeiros cuidados recai principalmente sobre as mães. “Para mim, deveria ser de um ano, pois a carga sobre a mãe é grande”, afirma.

A experiência com o planejamento familiar também marcou sua trajetória. Maria do Carmo decidiu ter dois filhos e fez laqueadura sem consultar o marido. “Na verdade, aguardar a aprovação do marido para fazer isso é absurdo”, avalia.

A possibilidade de decidir sobre a maternidade também aparece no relato de Elizabeth Nadler, 81, avó da estudante de economia Ana Lyvia Nadler, 23. Elizabeth ficou viúva em 1976 e, aos 30 anos, já tinha dois filhos. Sem uma renda formal declarada e sem marido, enfrentou dificuldades até para alugar um apartamento. Uma oportunidade de trabalho em um ministério surgiu por meio de uma cliente do salão

de sua mãe, onde atuava como cabeleireira. Ela não pôde aceitar a proposta porque não tinha com quem deixar as crianças.

A partir daí, passou a combinar diferentes atividades para garantir o sustento da família. Morou com a mãe e depois alugou um apartamento, sublocando três dos quatro quartos. Como não tinha renda declarada nem marido, teve que pedir para o sogro da irmã alugar para ela. Para bancar tudo, vendia marmitas durante a semana, comercializava joias em outros dias, cortava cabelos aos fins de semana e trabalhava em lojas. “Achava ótima a minha condição, pois nunca faltou nada, mas trabalhava para sobreviver com as mínimas qualidades”, relata.

O esforço permitiu que os filhos tivessem alimentação, educação e acesso a oportunidades. Elizabeth conseguiu comprar um Fusca usado, que facilitava os passeios e as visitas à família. A rotina, entretanto, exigia conciliar várias jornadas de trabalho com a criação das crianças. “Nunca precisei de homem, sempre me virei sozinha. Homem nunca me deu nada”, afirma.

A independência também influenciou suas escolhas profissionais. Em uma locadora de filmes, Elizabeth gerenciava toda a loja. Depois, abriu com a irmã um negócio de comidas congeladas, mas encerrou a sociedade quando o marido da irmã passou a querer gerenciar unilateralmente as vendas, deixando para ela apenas o trabalho na cozinha.

***Estagiária sob a supervisão de Sibele Negromonte**